

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DO CURSO NORMAL PELA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

THE INSERTION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE CURRICULUM OF THE NORMAL COURSE FROM THE PERSPECTIVE OF TEACHERS

LA INSERCIÓN DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL CURRÍCULO DE LA CARRERA ORDINARIA DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS DOCENTES

Jeanete Simone Fendeler Höelz¹ 0000-0003-4476-3360

Gustavo Arantes Camargo² 0000-0002-9066-2918

Juliana Milanez³ 0000-0002-0073-9476

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; jeanete.fendeler@gmail.com

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; gustavonhani@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; jumilanezufjr@gmail.com

RESUMO:

Este artigo apresenta uma análise da inserção da Educação Ambiental no currículo do curso de formação de professores – Curso Normal. A metodologia adotada englobou uma abordagem qualitativa, considerando os Currículos Mínimos do Estado do Rio de Janeiro e entrevistas com docentes de duas escolas em diferentes municípios: a Escola 1 em Macaé e a Escola 2 em Nova Friburgo. A revisão teórica abrangeu três frentes de discussão, que se entrelaçam: A Educação Crítica, a Educação Ambiental Crítica e a Teoria da Complexidade. Os dados foram trabalhados por meio da Análise Textual Discursiva. Os resultados da análise das entrevistas revelaram que falta explicitude e intencionalidade no trato da Educação Ambiental nos documentos curriculares. Dessa forma, advogamos que a Educação Ambiental, inserida na vertente crítica, política e emancipatória da Educação, seja explicitamente incluída nos Currículos do Curso Normal, considerando os estudos sobre a Complexidade na construção de sua base epistemológica.

Palavras-chave: educação ambiental; currículo; formação de professores; complexidade.

ABSTRACT:

This article presents an analyze the presence of Environmental Education in the curriculum of the teacher training course – Normal Course. The methodology adopted included a qualitative approach, considering the Minimum Curricula of Rio de Janeiro state, in addition to interviews with teachers from two schools in different municipalities: School 1 in Macaé and School 2 in Nova Friburgo. The theoretical review presents three intertwined fronts of discussion: Critical Education, Critical Environmental Education and Complexity, and the data treatment included Discursive Textual Analysis. This study will specifically address the insights obtained during the dialogues with the teachers. The analysis results of the interviews revealed a lack of explicitness and intentionality in the treatment of EE in the curricular documents. Thus, we advocate that Environmental Education, inserted in the critical, political and emancipatory aspect of Education, be explicitly included in the Normal Course Curricula, also considering

studies on Complexity in the construction of its epistemological basis.

Keywords: environmental education; curriculum; teacher training; complexity.

RESUMEN:

Este artículo presenta una investigación fue analizar la presencia de la Educación Ambiental en el currículo del curso de formación docente – Curso Normal. La metodología adoptada abarcó un enfoque cualitativo, considerando los Currículos Mínimos del Estado de Río de Janeiro, además de entrevistas con profesores de dos escuelas de diferentes municipios: la Escuela 1 de Macaé y la Escuela 2 de Nova Friburgo. La revisión teórica presenta tres frentes de discusión entrelazados: Educación Crítica, Educación Ambiental Crítica y Complejidad, y el tratamiento de los datos incluyó el Análisis Textual Discursivo. Este estudio abordará específicamente los conocimientos obtenidos durante los diálogos con los profesores. Los resultados del análisis de la entrevista revelaron que existe una falta de explicitud e intencionalidad en el tratamiento de la EA en los documentos curriculares. Así, propugnamos que la Educación Ambiental, inserta en la vertiente crítica, política y emancipadora de la Educación, sea incluida explícitamente en los Currículos del Curso Normal, considerando también los estudios sobre la Complejidad en la construcción de su base epistemológica.

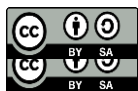
Palabras clave: educación ambiental; currículo; formación docente; complejidad.

Introdução

Diante do atual cenário de intensas mudanças ambientais e de grandes desigualdades sociais decorrentes da interferência humana, a Educação Ambiental (EA), inserida nos instrumentos pedagógicos como o currículo escolar, emerge como uma ferramenta colaborativa, essencial para a Educação na preparação dos professores para a formação cidadã, e no desenvolvimento de um pensamento crítico e complexo, capaz de refletir sobre as atuais estruturas vigentes promovedoras de injustiças sociais.

Dada a relevância do ensino na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, como base para toda a formação educativa e cidadã, refletir sobre a formação de professores da Educação Básica é crucial, não somente para aprimorar os métodos pedagógicos, mas também para integrar a EA à formação dos professores de forma crítica e abrangente. A questão levantada por Marx permanece atual: “Quem educará os educadores?” (Marx *apud* Morin, 2013, p. 201).

Buscando contribuir para a proposição dessas reflexões, alicerçamos as bases epistemológicas deste trabalho, primeiramente, na reflexão de um pensamento crítico em Educação, fortemente influenciado por Paulo Freire (2005), que interpela as estruturas sociais injustas, que almeja a emancipação, sobretudo ao se posicionar de forma política, questionando normas que mascaram ou perpetuam as discrepâncias e a desigualdade social. Nesse sentido, realiza conexões importantes entre as práticas educativas e a luta por justiça social, por democracia e emancipação dos sujeitos. Além disso, agrega à EA, uma ferramenta essencial



para compreender e questionar as raízes fundamentais da crise socioambiental.

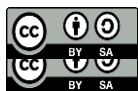
A EA Crítica, por meio dos seus pressupostos, contribui para o debate problematizando as questões ambientais e orientando para a análise e construção de uma práxis docente comprometida, participativa e reflexiva, que não se restrinja, sobretudo, à reprodução de métodos que refletem apenas abordagens comportamentalistas, de transmissão de conhecimentos ecológicos ou de caráter emocional, que são, segundo Guimarães (2011), manifestadas por meio de uma compreensão simplista da realidade, marcada por uma postura conservadora.

Considera-se ainda a conexão com outro pilar fundamental do conhecimento epistemológico – a complexidade, tal qual apresentada por Morin e Díaz (2016) que contribui para o desenvolvimento de um pensamento menos simplista e mais abrangente, apresentando-se de forma mais estratégica na busca por caminhos para enfrentar e superar os desafios atuais, uma vez que reconhece que a realidade é fluida, incerta e, apesar das diversas dificuldades que a humanidade enfrenta atualmente (em termos econômicos, políticos, sociais e ambientais), permanece aberta às possibilidades de novas soluções e transformações.

Segundo Morin e Díaz (2016), a noção de pensamento complexo traz consigo a proposta de uma racionalidade inovadora, que não se limita aos princípios científicos da modernidade, baseados na lógica e na exaltação da ciência tradicional. Portanto, ao explorar a formação de um pensamento ético complexo, Morin propõe questionar se todas as ações humanas são moralmente aceitáveis e se podem ser justificadas apenas pela ciência, em última análise. De acordo com Morin (2013), é um desafio para a sociedade e os profissionais da educação desenvolverem novas abordagens teóricas sobre o conceito de crescimento de forma abrangente, levando em consideração não só o progresso econômico, mas também o bem-estar, a prosperidade, a redução das desigualdades sociais, a paz e a democracia.

A teoria por trás da prática educativa está fortemente refletida no currículo escolar, o documento que orienta o planejamento dos professores. Fetzner (2009) enfatiza que o conhecimento transmitido nas escolas está relacionado a ideologias, formas de poder e cultura que favorecem grupos específicos. Ainda segundo a autora, é necessário refletir sobre as razões por trás da inclusão de determinados conteúdos em detrimento de outros no documento.

Dentro desse contexto, é essencial que a EA seja integrada de forma clara e explícita nos currículos escolares, servindo como guia para conexão com diferentes áreas de estudo. Não é mais possível conceber a Educação sem incluir essa dimensão, uma vez que é crucial ressaltar essa responsabilidade, fundamental para a preservação da vida no planeta. Isso implica em reconhecer que as questões ambientais estão intrinsecamente ligadas à discussão ética sobre a



construção da sociedade, influenciando diretamente as mudanças políticas e educacionais. Segundo Morin: “O que é o problema ambiental senão produção social de vida que destrói as bases da vida?” (Morin; Díaz, 2016, p. 62).

Metodologia

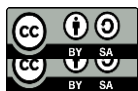
O artigo “A inserção da Educação Ambiental no Currículo do Curso Normal pela perspectiva dos professores” resulta da pesquisa “Contribuições do Pensamento Complexo e da Educação Ambiental Crítica à construção da identidade epistemológica da Educação Ambiental na Formação de Professores do Curso Normal do Estado do Rio de Janeiro”, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, CAAE 04915818200005699 – Plataforma Brasil.

A metodologia adotada englobou uma abordagem qualitativa, cujo objeto de estudo permeou discutir a inserção da EA no currículo do Curso de Formação de Professores de Nível Médio do Curso Normal no estado do Rio de Janeiro.

A seleção dos 21 docentes entrevistados se deu considerando a importância de abranger todas as disciplinas obrigatórias do Currículo Mínimo do Curso Normal (Seeduc, 2013). Além disso, o estudo foi conduzido em duas escolas estaduais localizadas em diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro: a Região Serrana e a Região Norte-Fluminense. Por conseguinte, as entrevistas foram realizadas com profissionais das duas instituições de ensino, identificadas como Escola 1 (localizada na Região Norte-Fluminense, na cidade de Macaé) e Escola 2 (localizada na Região Serrana, na cidade de Nova Friburgo).

Inicialmente, as entrevistas com os professores foram realizadas com base em roteiros previamente elaborados para promover diálogos abertos e inovadores. As perguntas abordaram aspectos do perfil profissional do docente, a integração da EA nos Cursos de Formação de Professores e o papel da EA na escola. Durante as entrevistas, surgiram debates sobre a disciplinarização da EA, um tema levantado pelos próprios entrevistados e integrado ao *corpus* das entrevistas.

Como metodologia de análise dos dados, utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD). De acordo com Moraes e Galiazzi (2006), a ATD consiste em desmembrar os textos (entrevistas) em unidades de significado específicos, expressas por meio de uma unitarização. Através dessas unidades, é possível criar novas unidades a partir da interação empírica, teórica e interpretações do pesquisador. Posteriormente, ocorre a categorização, momento em que os significados são articulados em níveis de análise, agrupando unidades similares, tendo a escrita com papel crucial nesse processo. A partir dessa etapa, são desenvolvidos metatextos analíticos



que irão compor os textos interpretativos.

Por meio da ATD foram desenvolvidas 09 categorias (Quadro 1), das quais, neste artigo, são apresentados os resultados das categorias: 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 9.

Quadro 1: Apresentação das categorias desenvolvidas nas entrevistas com os docentes do Curso Normal sobre a inserção da EA no currículo.

Categoria 1	Perfil dos docentes: Disciplinas de atuação no Curso Normal; tempo de experiência na docência e Formação.
Categoria 2	A EA está explícita no Currículo Mínimo?
Categoria 3	Relevância da EA no Curso de Formação de Professores
Categoria 4	Relevância e utilização do Currículo para os professores
Categoria 5	A presença da EA no currículo
Categoria 7	A EA na práxis docente
Categoria 9	Categoria emergente: A Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade / A disciplinarização da EA

Fonte: Elaborado pelos autores

Resultados e Discussão

O Quadro 2 descreve o perfil dos 21 docentes participantes da pesquisa.

Quadro 2 – Categoria 1 – Perfil dos docentes (Continua)

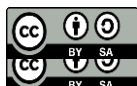
Nº	Docente (Doc)	Disciplinas de atuação no curso normal	Tempo de experiência no magistério	Formação
1	A Esc 2	Disciplinas pedagógicas/Laboratórios pedagógicos	Dez anos de docência	Graduação em Pedagogia, Pós-graduação em Artes Formação em Teatro (Especialização)
2	B Esc 1	Física	Oito anos de docência	Licenciatura em Física. Mestrado em Ensino de Física
3	C Esc 1	Sociologia, História e Filosofia da Educação; Filosofia	Trinta anos de docência	Graduação em Sociologia
4	D Esc 1	Letras (Português e Inglês)	Trinta e um anos de docência	Graduação em Letras (Português e Inglês), habilitação em Literatura, pós-graduação em Língua Portuguesa e Educação à Distância (Especialização)
5	E Esc 1	Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa; Laboratórios Pedagógicos; Vida e Natureza, Linguagens e Alfabetizações, Atendimento Educacional Especializado e Culturas, Práticas Psicomotoras, Arte-educação, (Brinquedoteca, e Integração das Mídias e Novas Tecnologias.	Nove anos de docência	Graduação em Pedagogia e Matemática e pós-graduação em Educação Matemática

Quadro 2 – Categoria 1 – Perfil dos docentes (Continua)

A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DO CURSO NORMAL POR MEIO DA ÓTICA DOS PROFESSORES

Jeanete Simone Fendeler Höelz • Gustavo Arantes Camargo • Juliana Milanez

6	F Esc 1	História e Geografia	Doze anos de docência	Graduação em História, Mestre em estudos estratégicos pelo programa de pós-graduação estudos estratégicos da defesa e da segurança, doutoranda no mesmo programa.
7	G Esc 1	Tecnologias e Mídias, Conhecimentos Pedagógicos de Educação Infantil, Conhecimentos Pedagógicos de Educação Especial e Inclusão, Laboratórios de Arte-educação e Práticas Psicomotoras. Políticas Públicas e Conhecimentos Práticos e Pedagógicos de Educação de Jovens e Adultos.	Trinta e cinco anos de docência	Formação de Professores (Curso Normal), Graduação em Ciências com aplicação em Matemática, Licenciatura pública, e Pedagogia. Pós-graduação em psicomotricidade e Arte-terapia (Especialização)
8	H Esc 1	Sociologia da Educação, História e Filosofia da Educação, Conhecimento Didático e Pedagógico de Educação Infantil e Laboratório de Brinquedoteca	Trinta anos de docência	Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Alfabetização de Classes Populares (Especialização)
9	I Esc 1	Educação Física	Vinte e um anos de docência	Graduação em Educação Física (Licenciatura) e Pós-graduação em: em treinamento desportivo (Especialização)
10	J Esc 1	Laboratórios de Atendimento Educacional Especializado, Culturas, Linguagens e Alfabetizações e Vida e Natureza, e Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa	Vinte anos de docência	Graduação em Pedagogia com Supervisão Escolar e Magistério e Pós-graduação em Administração Escolar e Ensino Religioso (Especialização)
11	L Esc 1	Matemática	Trinta e nove anos de docência	Graduação em Matemática, licenciatura plena e de Ciências Físicas e Biológicas, e Pós-Graduação em Gestão e Educação Fiscal (Especialização)
12	M Esc 2	Práticas Pedagógica e Iniciação à Pesquisa	Vinte e cinco anos de docência	Curso Normal; Adicional de Educação Infantil, Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Supervisão Escolar e Psicopedagogia
13	N Esc 1	Biologia, habilitada em Química e Física	Oito anos de docência	Graduação com Licenciatura em Ciências Biológicas, mestranda em Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento
14	O Esc 1	Educação Artística – com habilitação em Educação Musical	Dezoito anos de docência	Educação Artística (Educação Musical)
15	P Esc 2	Física, Matemática e Tecnologia e Mídias	Quinze anos de docência	Graduação em Física, Mestrado em Física, Especialização em Educação Tecnológica, Graduação em Curso Normal Superior (Licenciatura plena – anos iniciais)
16	Q Esc 2	Disciplinas Pedagógicas: Conhecimentos Didáticos e Pedagógicos do Ensino Fundamental	Catorze anos de docência	Graduação em Pedagogia com complementação em Matemática



Quadro 2 – Categoria 1 – Perfil dos docentes (Conclusão)

17	R Esc 2	História e Filosofia da Educação	Trinta e seis anos de docência	Graduação em História e Pós-graduação em História Moderna
18	S Esc 2	Biologia	Vinte e um anos de docência	Graduação em Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura e cursando Mestrado Profissional em Biologia
19	T Esc 2	Disciplinas Pedagógicas: Conhecimentos Didáticos e Pedagógicos em Educação Infantil	Sete anos e meio de docência	Graduação em Pedagogia e Geografia
20	U Esc 1	Conhecimento Didático em Educação Infantil, Conhecimento Didático Pedagógico em Ensino Fundamental e Psicologia da Educação	Vinte anos de docência	Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia
21	V Esc 2	Língua Portuguesa	Dezessete anos de docência	Graduação em Letras e Literatura, Pós-graduação em Literatura e Cultura Contemporânea

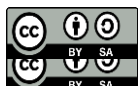
Fonte: Elaborado pelos autores

É fundamental ressaltar que o Curso Normal (Curso de Formação de Professores), capacita o estudante a atuar como professor na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental (Brasil, 1996). Adicionalmente, vale destacar que essa formação é reconhecida em seleções públicas e instituições privadas como pré-requisito para atuar como professor nos anos iniciais.

Dessa forma, enfatizamos a relevância da qualificação pedagógica dos profissionais que trabalham no Curso Normal. Durante as entrevistas, constatamos a preparação adequada dos entrevistados, com cursos de graduação, especialização e pós-graduação; a experiência prolongada no ensino ao longo dos anos e o constante interesse em se aprimorar e se especializar. Esses pontos, ressaltados no perfil dos professores entrevistados, levantaram questionamentos pertinentes sobre os obstáculos enfrentados pelos profissionais da Educação na estruturação e desenvolvimento de suas carreiras.

Conforme os estudos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2007), é fundamental considerar os aspectos históricos, políticos e sociais que influenciam a profissionalização dos professores. Os autores destacam que as políticas educacionais não abordam efetivamente as questões que envolvem o exercício da profissão docente, indicando a necessidade de uma política mais direcionada para a estruturação das condições de trabalho e desenvolvimento de carreiras na área da Educação.

É essencial que os gestores das políticas educacionais, ao elaborar a legislação referente ao desenvolvimento da carreira dos docentes, permitam a participação ativa dos professores,



por intermédio de seus sindicatos e associações, com o intuito de reduzir os conflitos enfrentados por esses profissionais e certificar a profissionalização de um grupo que se destaca pela dedicação e comprometimento com a educação no país, apesar das condições desfavoráveis (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2007).

A avaliação da Categoria 1 destaca a importância do debate sobre os problemas das políticas públicas relacionadas à formação dos professores e a urgência de reiterar o papel fundamental do profissional da Educação para a comunidade e, em particular, sua relevância na preparação de futuros docentes.

A Categoria 2 aborda uma questão essencial na pesquisa: A EA está claramente presente no Currículo Mínimo? Os docentes analisaram com base nos programas das disciplinas em que atuam e afirmaram que a EA só é identificada explicitamente nos seguintes programas: Laboratório de Vida e Natureza (Doc A); Língua Estrangeira Obrigatória (Doc D) e em Biologia (Doc N e Q). Nos demais componentes curriculares, não encontraram a presença clara da EA.

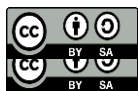
Compreendemos que o currículo vai muito além de apenas uma relação de temas a serem ensinados, ademais, ao falarmos de 'Currículos Mínimos', não interpretamos como simplificados, mas sim fundamentais. O currículo consiste em um documento norteador para as ações do professor que terão impacto direto na aprendizagem do estudante. De acordo com Libâneo; Oliveira; Toschi (2007, p. 362) “O currículo é a concretização, a viabilização das intenções e das orientações expressas no projeto político pedagógico”.

Ao definir o currículo, seleciona-se de forma intencional e clara o considerado essencial, orientando assim os planejamentos. Por outro lado, o que não é considerado essencial não será destacado objetivamente, pois não há intenção de fazê-lo. Surge então a pergunta: a EA é essencial? Conforme o Doc F, o termo não é citado diretamente, tendo sido considerado secundário em relação a outras questões.

A Categoria 3 aborda a importância da EA no processo de formação de professores. Segundo os professores entrevistados, a presença da EA na formação dos futuros docentes é considerada essencial.

Os Docs A e E observaram a importância de abordar a EA com os alunos, incentivando a reflexão e o engajamento na busca por soluções para os problemas ambientais. Ressaltaram também a importância da conscientização e sensibilização dos futuros professores nesse processo de formação.

[...] é necessário que a gente sensibilize esse aluno, que a gente consiga despertar, que eles consigam despertar nos alunos deles desde muito cedo essa busca de soluções com as questões ambientais que conduzem à preservação [...] é fundamental



Educação Ambiental dentro da escola não só como projetos específicos, [...] em todos os níveis (DOC A).

Os Docs P, N e R destacaram a relevância da EA no Curso Normal, uma vez que prepara professores para o trabalho em equipe. Por outro lado, os Docs E e O abordam sobre a importância da educação das crianças, o que ratifica a preocupação com a formação dos futuros professores. Já os Docs B e D salientam sobre o papel fundamental do professor na construção de cidadãos conscientes.

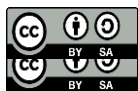
[...] a gente ali está formando futuros professores, então além deles saberem da importância da Educação Ambiental para si mesmo, então têm que saber da importância de passar isso para os futuros alunos deles (DOC N).

A análise da importância da capacitação do profissional em EA com base teórica foi destacada pelo Doc C: “É fundamental e necessário que haja uma base teórica sólida para que eu consiga abordar o tema de forma mais eficaz”. Além desse docente, os Docs F, G, H, I, J, N e S enfatizaram sobre a importância da prática do futuro educador, cuja formação poderá ser orientada pela EA, garantindo assim a continuidade e o desenvolvimento das crianças que já estarão imersas em experiências de aprendizagem que incorporam essa abordagem, “[...] que nós abordássemos mais esse tipo de tema para que eles mesmos quando se tornarem profissionais da Educação eles passem isso adiante” (DOC F).

Ainda se referindo à formação dos futuros professores, o Doc T afirma que no Curso Normal há a preocupação da formação de sujeitos críticos, reflexivos e conscientes e nesse sentido, como pensar nessa formação crítica desconsiderando as temáticas ambientais? “[...] estamos formando formadores de sujeitos, e sujeitos que devem ser críticos, reflexivos, e que acabam não tendo essa base de conhecimento ambiental” (DOC T).

Os Docs L e M destacam a necessidade de preservar e conservar os recursos naturais, sobre a interação do ser humano com o meio, alertando sobre os impactos sociais sobre o meio ambiente. Já o Doc I ressalta a importância do envolvimento dos profissionais da Educação nas discussões sobre temas atuais e essenciais para a sociedade, enquanto o Doc Q destaca a necessidade de integração da EA com todas as disciplinas, evitando abordagens isoladas. O Doc G afirma que a escola não deve tratar de conhecimentos tão vastos como as questões ambientais somente por meio de trabalhos para exposição em feiras de ciência.

Assim como outros educadores, o Doc V acredita na importância da EA não apenas para a Formação de Professores, mas reforça a ideia de que a EA deveria ser introduzida desde os primeiros anos escolares “[...] acho que isso tem que partir lá das séries iniciais inclusive, não



só do Curso Normal, mas infelizmente a gente não tem” (DOC V).

Conforme Kindel (2012), a escola é considerada um ambiente muito rico para a EA. A autora destaca que os Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs (Brasil, 1997), já forneciam diretrizes claras para os professores implementarem práticas educacionais alinhadas ao currículo. Essas práticas podem ir além dos limites da escola, contribuindo significativamente para a formação da cidadania:

Educar ambientalmente significa, além da apropriação de conceitos e processos que digam respeito ao ambiente, a aquisição de visões de mundo que possibilitem o respeito a todas as formas de vida e o entendimento de que a vida só se dá pelas complexas teias tecidas pelos elementos naturais e socioculturais que se entrelaçam (Kindel, 2012, p. 25).

Dessa forma, é possível entender o entrelaçamento entre a EA no Curso Normal e a oportunidade para os futuros professores desenvolverem práticas que permitam às crianças experimentarem situações de aprendizado relacionadas à EA nas escolas, especialmente nas séries iniciais.

A EA deve se dar em todos os níveis e modalidades de ensino – estabelecido pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Brasil, 1999), incluindo, portanto, a formação inicial dos professores do Curso Normal. Araújo *et al.*, alertam que: “Os temas de EA não devem ser negligenciados pela escola em prol de um currículo de conteúdos fixos e imutáveis” (Araujo, 2016, p. 3).

Na Categoria 4 foi abordada a importância do Currículo para os professores, a fim de entender a significância desse documento para o exercício da profissão docente.

De acordo com o Doc F:

[...] eu acho que é um documento importante, eu pessoalmente procuro me ater ao currículo, [...] se você tivesse a temática de Educação Ambiental presente no conteúdo, ela conseguiria fazer com que inclusive o professor por mais conteudista que seja abordasse esse tema (DOC F).

A reflexão presente nas palavras do Doc F indica que a EA pode contribuir para a implementação de práticas mais inovadoras na Educação. Segundo o Doc P, a presença de um currículo é crucial, por servir como um guia para o planejamento educacional. O Doc I menciona que o currículo funciona como uma bússola, enquanto o Doc O compara a um termômetro. No entanto, o Doc I ressalta que o currículo não deve ser seguido à risca, mas sim utilizado como um instrumento de orientação, e o Doc O destaca a importância da autonomia do professor para decidir qual o melhor caminho a seguir, quais são os objetivos a serem

alcançados e qual a realidade da sala de aula.

O Doc A retrata a importância do currículo como base fundamental para a elaboração do planejamento, servindo como guia e elemento unificador. Os Docs B, C e N corroboram com o Doc A sobre a importância do currículo como um documento norteador para os professores, e o Doc B aponta a falta de atenção de alguns professores que enxergam o currículo apenas como uma obrigação burocrática. Por outro lado, os Docs E e G enfatizam que, apesar de ser significativo, o currículo não deve ser inflexível, pois “[...] eu procuro ampliar mesmo os assuntos que não estão tão explicados como a questão ambiental” (DOC E).

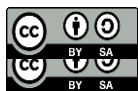
A partir do documento curricular, o professor dinamiza, abrange, correlaciona as experiências e circunstâncias reais da comunidade escolar. Embora deva caracterizar-se pela flexibilidade necessária ao contexto, garantindo a atenção às diversidades, o documento curricular também apresenta uma certa uniformidade, quando está norteador pela legislação e pela preocupação da garantia da qualidade de ensino que também passa pela garantia do acesso ao conhecimento, “[...] ele norteia e de uma certa forma ele unifica” (DOC A); “[...] os conteúdos, todos eles, em todo país, para que o aluno ao migrar ele não sofra tanto, com uma carência” (DOC D); “[...] é um termômetro pra saber se os conhecimentos assim pelo menos mínimos, o aluno teve.” (DOC O) Assim como os Docs A e D, o Doc V também reconhece a importância de certa uniformidade e adaptação do currículo para atender realidades diversas.

O Doc L analisa o programa de Matemática e nota que ele é focado nos conteúdos da disciplina, levantando questionamentos sobre a necessidade de ser tão restritivo. Por outro lado, o Doc M relata que na sua escola os professores costumam utilizar bastante o programa curricular, buscando expandi-lo. Já os Docs R e T advertem que, embora reconheçam a importância do currículo, muitos docentes só o consultam na hora de planejar o ano letivo.

O que não é currículo? Segundo Menegolla e Sant’Anna (2002) o documento vai além da mera distribuição de disciplinas e carga horária e não se resume a uma lista de conhecimentos, não se tratando de um manual de instruções. A partir do diálogo com os professores podemos concluir que o currículo não é apenas uma enumeração de temas, vai além disso. Não é um papel para ser entregue às autoridades como um requisito burocrático e depois esquecido, sem ser colocado em prática. Não é uma norma inflexível e rígida, que não possa ser revisitada considerando as realidades e necessidades atuais e contextuais.

Como poderíamos redefinir o currículo, repensá-lo? “[...] é o currículo que diz quem é a escola né, como que a escola se organiza, pensa o conhecimento, pensa o processo de ensino e aprendizagem” (DOC H).

Então, o currículo passa pela organização da escola a partir do pensar o processo de



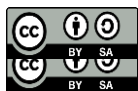
ensino e aprendizagem do aluno, e esse processo envolve muito mais do que os conteúdos que geralmente são apresentados, delimitados nos currículos. O currículo envolve a vida do aluno. Menegolla e Sant'Anna (2002) definem o currículo como caminho percorrido, com abrangência, dinamicidade, algo existencial, como “a escola em ação” e isto significa a vida do aluno e todos que interagem no processo educacional. A vida do aluno dentro e fora da escola.

Menegolla e Sant'Anna (2002) destacam, que o currículo desempenha um papel fundamental tanto para a instituição de ensino quanto para o aluno, uma vez que reflete a filosofia da escola, os objetivos educacionais, as disciplinas, os conteúdos essenciais e as experiências necessárias para alcançar tais objetivos. Além disso, o currículo abrange a metodologia de ensino, os recursos utilizados e o processo de avaliação. Ele engloba todas as atividades pedagógicas e esforços direcionados para dinamizar a prática educativa, envolvendo a colaboração da família, da escola e da comunidade. “São as disciplinas, os conhecimentos, os conteúdos, as experiências, os fatos sociais, políticos, religiosos, econômicos, as tradições, os valores que, planejados e sistematizados, o grupo social educacional estrutura para promover a educação” (Menegolla; Sant'anna, 2002, p. 53).

Os professores, em suas reflexões, destacaram a relevância do currículo em relação à EA. O Doc E destaca a importância da análise dos conteúdos presentes no currículo e a necessidade de expandi-los ou de focar em novos aspectos, especialmente quando não há diretrizes claras para a integração dos conteúdos com outras temáticas, ou mesmo a introdução de novas questões para além das previstas no documento, como é o caso da EA. Em relação ao Doc F, este realiza uma reflexão significativa sobre sua prática pedagógica e reconhece a necessidade de avançar em direção a uma abordagem mais progressista, indicando que temas transversais, como a EA, poderiam ajudar a flexibilizar a atuação do professor, promovendo um diálogo que possa abrir novos caminhos para práticas diferenciadas.

Outra questão muito importante refletida pelo Doc H é que o documento curricular oficial não poderia ser compreendido como algo totalmente pronto e acabado. Ele deveria ser entendido realmente como um documento norteador, mas não só dos professores, diretamente no seu planejamento, antes disso deveria ser repensado por toda comunidade escolar, considerando o contexto próprio e as necessidades específicas daquela comunidade.

O Doc K afirma desenvolver suas atividades com base no planejamento curricular. Ao elaborar seu plano de aula, ele se orienta por esse documento e ressalta a importância da divulgação do currículo pela Coordenação Pedagógica. Já o Doc C destaca a relevância do currículo para os professores que lecionam em disciplinas para as quais não possuem formação específica. Entretanto, o Doc W ressalta que muitos professores se baseiam mais nos livros



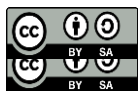
didáticos, que resumem o currículo de forma simplificada. E o Doc S critica o currículo padrão, defendendo a inclusão de temas atuais e personalizados. Destaca a escola como espaço de aprendizado e interação social.

Enfatizamos a importância de entender a autonomia da escola! A escola possui liberdade para revisar os documentos oficiais, garantindo o cumprimento mínimo das exigências legais, mas alinhando-os com o Projeto Político Pedagógico da instituição. Se encaramos o currículo não apenas como uma lista de conteúdos; se o vemos como a experiência escolar do aluno; se entendemos o currículo como o planejamento de todas as atividades pedagógicas da escola, em sua amplitude conforme Menegolla e Sant’anna (2002) nos diz, então ele não deve ser simplesmente imposto à escola, sem questionamentos, mas sim repensado à luz da realidade da instituição.

Na Categoria 5, foi discutido o papel da EA no Currículo, tendo em vista a legislação que já orienta a inclusão da EA nos documentos curriculares por meio dos temas contemporâneos da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e pela Lei nº 9.795 (Brasil, 1999). Essas diretrizes legais possibilitam a reorganização dos currículos para destacar a relevância da EA de maneira clara nos documentos oficiais. É relevante ressaltar que todos os professores entrevistados concordaram que a EA deve ser inserida no currículo e é um componente essencial na formação docente. Além disso, destacamos as seguintes contribuições dos docentes nessa questão:

O Doc B destaca que a EA deve ser integrada de forma mais evidente nas diretrizes curriculares das disciplinas, como um tema transversal. Os Docs A, B, H e O questionam sobre a formação de professores e como isso influencia na formação das crianças destacando que, caso a EA não esteja de forma clara nas orientações curriculares, os professores podem não a incluir em seus planos de aula. O Doc G defende que os futuros professores devam vivenciar a EA durante seu processo de formação, de modo que possam, no futuro, aplicar esse conhecimento em suas práticas educativas.

Segundo o Doc A, as análises acerca das questões ambientais, a influência das atividades humanas e as questões relacionadas ao meio ambiente devem ser voltadas tanto para as realidades locais quanto para as globais, “[...] como é que a gente vai ter uma perspectiva futura, então a gente tem que pensar sim de uma forma global e de uma forma local o que a gente pode fazer dentro disso” (DOC A). O Doc A afirma que a presença clara da EA no currículo pode auxiliar os professores a planejarem suas aulas, destacando a importância do olhar diferenciado. Ele propõe a abordagem da EA por meio de eixos temáticos:



[...] não tem como você formar um cidadão crítico, consciente do contexto que ele se encontra, da sociedade, das demandas dessa sociedade, dos deveres que ele tem para com ela, e dos direitos dele, se ele não tiver uma clara noção dos temas associados à sustentabilidade que seriam estudados pela Educação Ambiental (DOC B).

Nesse sentido o Doc E afirma que a sociedade atual cada vez mais se torna consciente das questões ambientais e a EA deveria estar presente no currículo, principalmente porque a Educação tem um papel importante na sociedade. “Claro que precisamos avançar muito nessas questões sobre o ambiente e nisso a Educação tem um papel importante” (DOC E).

Os Docs F, J, O, N e P compartilham da visão de que a EA é fundamental no currículo, não podendo ser negligenciada, enquanto os Docs P e N ressaltam que sua inclusão faz diferença no currículo. “Eu acho que quanto mais for abordado no currículo maior vai ser a necessidade que o professor vai ter de abordar esse conteúdo” (DOC N).

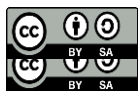
O Doc Q ressalta a relevância do Currículo para disciplinas que não possuem material didático, como as Disciplinas Pedagógicas, que utilizam o documento curricular como base para os planejamentos. O Doc R destaca a relevância de lidar com os problemas ambientais no Brasil e questiona como podemos estar presentes em um meio sem compreendê-lo. Ele menciona a seriedade da questão ambiental no país, como a gestão do lixo, a preservação da água e o uso consciente desse recurso fundamental. “Como pode a gente estar em um país, no meio ambiente que a gente vive sem ter conhecimento dele” (DOC R).

O Doc S aponta para a garantia da prática educativa em EA ser contemplada em todo país, por meio da explicitude da EA no currículo, garantindo certa uniformidade:

Faz diferença quando, [...] eu coloco a Educação Ambiental junto com as outras questões que eu trabalho em sala de aula; mas o meu amigo, o meu colega que trabalha lá numa escola em Goiânia, eu não sei se ele está fazendo isso até porque ele não é obrigado se não está escrito lá (DOC S).

Assim como os outros professores, o Doc T ratifica que a EA deve ser integrada na formação dos professores no Curso Normal, uma vez que esse tema deve ser abordado desde a Educação Infantil nas escolas. É fundamental que a EA faça parte do currículo para garantir a capacitação adequada dos futuros educadores na estrutura curricular do Curso de Formação de Professores, especialmente por abordar não apenas questões relacionadas à natureza, mas também aspectos essenciais da sociedade, tais como economia, política e sociedade em geral. Segundo o DocV, a EA deve estar presente em todo o processo educacional:

[...] como se fosse algo muito natural, a gente vai falar do planeta, a gente vai cuidar do planeta, não só do planeta mas de outras coisas que envolve a educação ambiental.



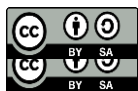
[...] assim como você aprende a ler e escrever e aí você vai depois trabalhando esses gêneros, eles vão sendo mais elaborados de acordo com os anos, a Educação Ambiental devia estar junto nesse processo [...] (DOC V).

Na categoria 7 dialogamos com os professores sobre a EA na práxis docente. Os professores da escola estão engajados em abordar temas ambientais em diversos eventos, como a Festa da Cultura e a Feira de Ciências. O Professor A utiliza o teatro e a poesia em sua metodologia educacional, explorando questões ambientais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Doc B valoriza a conexão entre diversos temas e a EA, abordando questões como impacto ambiental e energia em suas aulas. O Doc C reconhece a importância da EA, mas admite abordar o assunto superficialmente em seu planejamento. Por sua vez, o Doc I prioriza atividades práticas, promovendo descontração e reflexão em suas aulas.

O Doc D destaca a importância de preparar os alunos para o ENEM, utilizando textos que estimulam a reflexão e atividades interdisciplinares. Os Docs E, F, G, H, J, L, M, N e O também apostam no trabalho interdisciplinar. O Doc E promove a reutilização de materiais e a reflexão sobre temas como ecossistemas e estrutura social. O Doc F discute sobre impactos ambientais históricos e atuais, além de questionar a cobrança desigual em relação à preservação do meio ambiente. Já o Doc G integra a EA aos conteúdos curriculares, conectando experiências dos estudantes na Educação Infantil. Por sua vez, o Doc H utiliza estratégias que abordam questões sociais, ambientais e de gênero em suas aulas, promovendo debates, enquanto o Doc J estimula a criatividade dos alunos, propondo projetos envolvendo a horta escolar. O Doc L promove o ensino integrado entre diferentes disciplinas, utilizando a arte e a criatividade para abordar a EA e o Doc M destaca a importância do trabalho em equipe na escola, coordenando projetos interdisciplinares. O Doc O utiliza materiais recicláveis na construção de instrumentos musicais e promove projetos interdisciplinares na escola, e, o Doc N, busca integrar a EA nas discussões em sala de aula e em atividades práticas, como visitas a campo.

Os professores entrevistados compartilharam suas experiências e métodos para abordar a EA em suas disciplinas, mesmo que não haja diretrizes claras no currículo. Eles demonstram empenho em incluir temas ambientais em suas grades curriculares, apostando na colaboração entre disciplinas. A interdisciplinaridade surge como uma ferramenta colaborativa para promover atividades conjuntas e abordar questões ambientais de forma mais ampla e integrada.

A categoria 9, emergente com base nos princípios da ATD, reflete sobre a possibilidade de disciplinarização da EA. A nossa ótica converge para compreensão de que é necessário integrar a EA no currículo escolar, orientando os educadores sobre como incorporá-la de forma interdisciplinar e transdisciplinar, de acordo com a abordagem da Complexidade, que critica a



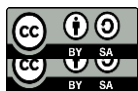
fragmentação do conhecimento e a visão limitada das partes. Alguns professores defendem, no entanto, a ideia de tornar a EA uma disciplina separada para superar os desafios de sua implementação de forma transdisciplinar na escola, como sugerido pelo Doc A, que enfatiza que essa adição ao currículo poderia ajudar a escola a refletir sobre questões ambientais.

Por outro lado, o Doc B destaca a importância de uma disciplina exclusiva sobre EA, integrada em todos os níveis de ensino, para promover a interdisciplinaridade e a integração entre diferentes áreas de conhecimento. Ele ressalta a relevância de ter um professor especializado e uma disciplina específica, mas também alerta sobre a necessidade de evitar a fragmentação e a segregação das informações. Já o Doc C revela os desafios enfrentados no ambiente de trabalho ao adotar uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, enquanto o Doc D defende esse enfoque alternativo para uma visão mais ampla do conhecimento.

Alguns profissionais, como o Doc U, apoiam o trabalho interdisciplinar na EA, bem como o Doc N, que aposta na continuidade da EA de forma interdisciplinar e transdisciplinar, sem a transformar em uma disciplina separada. O Doc P acredita que uma disciplina sobre EA não resolveria o problema, sugerindo um currículo mais específico em relação à temática, e os Doc S e Doc Q, questionam a necessidade de disciplinarizar a EA. Por outro lado, o Doc R e o Doc T concordam com a disciplinarização, argumentando que a temática tem sido negligenciada e seria importante para os futuros professores.

A discussão sobre a inserção da EA como disciplina separada no currículo escolar continua entre os profissionais da educação, com diferentes visões e opiniões sobre a melhor abordagem a ser adotada. Os questionamentos abordados nessa última categoria suscitam reflexões divergentes. É consenso entre os educadores a relevância da EA no ambiente escolar, bem como o reconhecimento da necessidade de uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, vista como uma forma de combater a divisão e fragmentação do conhecimento. No entanto, alguns professores defendem a ideia de disciplinarizar a EA como forma de garantir sua efetiva integração nas práticas educacionais.

Mais uma vez, constatamos, nessa abordagem, a confirmação da relevância do currículo escolar. Para os educadores que apoiam a segmentação disciplinar; se as áreas de estudo propostas no conteúdo programático são seguidas, respeitadas e aplicadas, então entendemos que a inclusão da EA no currículo poderia assegurar sua efetiva integração no planejamento escolar. E como a EA, devido à sua abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, mesmo que recomendada desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) para estar presente no planejamento escolar, não está claramente integrada na prática educativa, muitas vezes desconsiderada, ou tratada como 'uma atividade isolada', 'uma data a ser lembrada', de maneira



superficial e desvinculada do contexto, como apontam os educadores na entrevista, então estes acabam considerando a disciplinarização da EA como solução.

Por outro lado, como já dito, todos os professores reconhecem a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como ferramentas importantes no processo ensino-aprendizagem. E a EA, nessa perspectiva, como prática pedagógica, deveria permear todos os saberes, porque não se trata somente de transmissão de conhecimentos sobre Ecologia, mas do diálogo político, crítico, emancipatório, de compromisso contra todas formas de opressão, de injustiça social, de luta por transformações das relações entre o homem, a sociedade e a natureza:

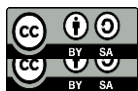
Considero que a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional (Reigota, 2010, p. 11).

Conclusão

No contexto analítico do metatexto, oriundo das entrevistas, muitos docentes destacaram a carência de orientações específicas sobre a abordagem da EA, e enfatizaram a necessidade de sua inclusão explícita nos projetos curriculares, visando contribuir para o planejamento das atividades escolares e as práticas de ensino dos educadores.

Em nossa ótica, a falta de transparência na abordagem da EA nos documentos do currículo, apontada pelos professores entrevistados, revela uma ausência de comprometimento político na Educação, por vezes fundamentada nas características de transversalidade da EA e na possibilidade de descaracterização de sua essência interdisciplinar, com o risco de torná-la uma disciplina. Freire nos alertou que não pode haver neutralidade na Educação (Freire, 1997) e Morin que não existe neutralidade na Ciência e na Política (Morin, 2005), pois sempre há uma intenção por trás das ações. A decisão sobre quais conteúdos serão incluídos nos programas de estudo, sobre o que deve ser transmitido em aulas, pode refletir um processo político que busca promover a democratização da educação, garantindo a todos o melhor e mais completo aprendizado possível. Por outro lado, também pode estar relacionada ao controle do acesso ao conhecimento, a criação de novos saberes e à reflexão crítica.

A decisão de incluir determinados itens nos currículos está relacionada também à abordagem adotada na prática pedagógica. Se a prática pedagógica está alinhada com os princípios progressistas e emancipatórios, entende-se que não seja suficiente transmitir o conteúdo, mas é fundamental que esse conteúdo seja relevante para a realidade dos alunos,



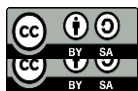
esteja integrado ao contexto, reflita suas vidas, sirva como instrumento para uma participação cidadã crítica e efetiva na sociedade.

Vale ratificar que é dever das escolas promoverem a EA, conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a EA, instituída pela Política Nacional de EA (PNEA) e dá outras providências” (Brasil, 1999). Estipula em seu Art. 2º que “a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, articuladamente, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999). No Art. 11 complementa dizendo que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (Brasil, 1999). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, (Brasil, 1996), reforça que a Educação Ambiental deve ser tratada como um tema transversal, integrando de forma abrangente todos os níveis e modalidades de ensino. Ressaltamos sobre a importância de abordar questões ambientais de forma que considere não apenas a preservação dos recursos naturais ou mudanças de comportamento individual, mas também se aprofunde nas causas provenientes das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Isso é essencial para uma abordagem crítica da EA.

A EA, sob um olhar crítico, busca promover uma integração política no debate em prol da igualdade social. Nessa abordagem, a EA conecta e considera os diversos aspectos no âmbito social, político, econômico e cultural; reconhecendo que as transformações no meio ambiente estão interligadas às mudanças nos estilos de vida, nos padrões de consumo e na distribuição de recursos.

Ao abraçar um compromisso com uma EA crítica e abrangente, estamos também nos comprometendo eticamente com a humanidade, lutando pela libertação e pela transformação de situações opressivas em realidades baseadas em justiça, dignidade, melhoria da qualidade de vida para todos, solidariedade e paz. Ao nos dedicarmos à formação dos futuros educadores, estamos, na verdade, investindo na formação das próximas gerações e na luta pela preservação da vida no nosso planeta. Estamos empenhados em mudar estruturas de pensamento, pois, conforme Morin (2013) nos ensina, a transformação das mentes resulta em mentes transformadas que, por sua vez, transformarão a realidade.

Defendemos a relevância da EA, integrada à abordagem crítica, política e emancipadora da Educação, estar presente de maneira explícita e evidente nos Conteúdos do Currículo do Curso de Formação de Professores, considerando também, na construção de suas bases de saber, os estudos sobre a Complexidade, para promover conhecimentos alinhados com o futuro da humanidade, a superação da divisão do saber e o reducionismo. Não podemos mais imaginar a



Educação sem a EA, sendo essencial reconhecer esse compromisso como parte vital de nossa presença no planeta Terra.

Referências

ARAUJO, Angélica Rita de. **Educação Ambiental nas séries iniciais**. 2016. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Fundação Carmelitana Mário Palmério, Monte Carmelo, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 6 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília: MEC/SEF, [1997]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 3 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, [2018]. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2021.

FETZNER, Andréa Rosana. **Currículo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/f7376cc9e70184667e11be103c870580.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. Não há educação neutra. *In: Acervo Paulo Freire*. Lisboa: O Jornal, 1977. Entrevista. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/1283>. Acesso em: 20 mar. 2020.

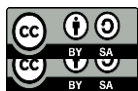
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha paradigmática na educação ambiental. *In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-29.

KINDEL, Eunice Aita Isaia. Educação Ambiental nos PCN. *In: LISBOA, Cassiano Pomplona; KINDEL, Eunice Aita Isaia. (Orgs.). Educação ambiental: da teoria à prática*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 21-28.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 1.



MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** Currículo – Área – Aula. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Escola em Debate)

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução: Edgard de Assis Carvalho; Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar; DÍAZ, Carlos Jesús Delgado. **Reinventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade**. Tradução: Irene Reis dos Santos. São Paulo: Palas Athena, 2016.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Mínimo**: Rio de Janeiro, 2012/2013. [S. l.]: SEEDUC, [2013]. Disponível em: <https://seeduconline.educa.rj.gov.br/curr%C3%ADculo-b%C3%A1sico>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Jeanete Simone Fendeler Höelz. Doutora em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5907369936926853>

Gustavo Arantes Camargo. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2885895324663430>

Juliana Milanez. Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos. Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0600549075776976>

Como citar

HÖELZ, Jeanete Simone Fendeler; CAMARGO, Gustavo Arantes; MILANEZ, Juliana. A inserção da educação ambiental no currículo do Curso Normal por meio da ótica dos professores. **Revista Espaço Currículo**, Pré-publicação/Ahead of Print (AOP), e72951, 2026.

